

À
Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM.
Av. Prudente de Moraes, 1671, Bairro Santa Lúcia - Belo Horizonte/MG.

PROTOCOLADO	11
DIVISÃO	FL N°
MAT.:	VISTO:

MEIO AMBIENTE

Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 1644/2002/002/2002
Auto de Infração nº 1160/2002

FAJU COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., já qualificada nos autos do processo supra, vem, por sua procuradora infra-assinada (Procuração anexa), apresentar **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**, baseando-se nas seguintes razões fáticas e jurídicas :

Foi aplicada, "*in casu*", a penalidade de advertência determinando que a autuada apresentasse sua licença ambiental no prazo máximo de 90 dias, sob pena de conversão da penalidade de advertência em multa no valor de R\$ 11.706,16.

Imperioso que seja anulada/cancelada a "*penalidade de advertência*" aplicada injustamente, uma vez que a autuada e ora requerente está providenciando a licença ambiental junto aos órgãos competentes.

"Data máxima vênia", arbitrário é prazo de 90 (noventa) dias estabelecido pelo agente autuador, uma vez que a apresentação da referida certidão independe somente da requerente e sim de vários outros órgãos e demais repartições.

Outro fato importante a ser ressaltado é que a empresa autuada paralisou as obras no Município de Mário Campos/MG.

Exorbitante é o valor atribuído à multa de R\$ 11.706,16 (Onze mil setecentos e seis reais e dezesseis centavos) , principalmente se considerarmos que foi aplicada uma multa a título de **penalidade de advertência**.

A penalidade de advertência ora discutida é equivocada, haja vista que o recorrente está providenciando a licença ambiental.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
WARLEY PONTELO BARBOSA

Diante do exposto, verifica-se com nitidez que as arguições da autuada e ora requerente têm procedência, não se vislumbrando a irregularidade constante do Auto de Infração, devendo, por conseguinte, ser cancelado/anulado o presente Auto de Infração de nr.: 1160/2002.

Requer que seja excluída/anulada a penalidade de advertência e consequentemente a multa arbitrada no valor de R\$ 11.706,16 (Onze mil setecentos e seis reais e dezesseis centavos).

Requer que seja concedido à autuada a dilação do prazo para apresentação da licença ambiental por mais 180 (Cento e oitenta) dias.

Por fim, requer seja julgado procedente o presente Pedido de Reconsideração, por ser de Direito e de Justiça !

Nestes termos,
Pede deferimento,

Belo Horizonte/MG, 12 de agosto de 2.003.

P.p Lilian Mara A. de Freitas
OAB/MG 73.847